

ESPAÑA E PORTUGAL NO QUADRO DEMOCRÁTICO.

ENTRE A BILATERALIDADE POLÍTICA

E A OFENSIVA ECONÓMICA

Justino Magalhães

*Universidade do Lisboa
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação*

TEMPOS DE TRANSIÇÃO E DEMOCRACIA

► As relações e as representações políticas, económicas e culturais entre Portugal e Espanha, no período subsequente à democratização, revestiram-se de alguma especificidade, no quadro geral das nações e não se desenvolveram de forma articulada e progressiva. O contexto e o sentido histórico evoluíram de uma relativa crise de relacionamento, gerada pela precocidade do processo de democratização português, para uma cooperação no contexto da democratização peninsular e da integração no federalismo europeu, dados alguns desafios comuns, para, por fim, se acentuar um quadro de diferenciação e bilateralidade marcado por concorrências de diversa natureza.

A procura de um relacionamento político, envolvendo cimeiras ibéricas ao mais alto nível, veio sendo consentânea com uma progressiva hegemonia económica e financeira por parte de grupos empresariais ibéricos e com o crescimento da importação de materiais e produtos agrícolas, piscícolas e industriais de origem espanhola, designadamente para a construção civil, sendo manifesta, por outro lado, no domínio da indústria têxtil, da agricultura sazonal e da pesca de longo curso, a procura de trabalho, em Espanha, por parte de trabalhadores portugueses.

No plano cultural, verificou-se uma crescente atracção pelas universidades espanholas, designadamente no domínio da pós-graduação em educação, e uma progressiva troca de culturas, em exposições e mostras comuns, no domínio editorial e das artes plásticas, incluindo as comemorações das grandes expedições quinhentistas. Correlativamente a esta aproximação cultural, foram desenvolvidas iniciativas de política educativa tendentes a minorar os efeitos das marcas históricas de rivalidade e adversidade, na busca de uma representação mais humanitária.

A análise sumária a que se procede neste estudo visa sobretudo estruturar um sentido evolutivo e pontuar alguns dos momentos mais relevantes dessa evolução, a partir de periódicos publicados ao tempo.

Antecedentes e contexto histórico.

Cronologia dos principais acontecimentos políticos, económicos e culturais.

1.1

Espanha: «Desfascização» do Franquismo.
Uma Gradual liberalização económica e política.

- 1936 - 1942/45: Fase imperialista do Franquismo. A Falange perde importância na área de decisão política.
- 1945 - 1957: Fase política marcada pela acentuação do corporativismo nacional católico.
- 1957(...): Incremento tecnocrático: sector bancário, indústrias de transformação, siderurgia.
- 1959 (Dezembro): Visita de Eisenhower (Presidente dos Estados Unidos da América do Norte a Espanha e apoio económico americano. Acentua-se o peso das divisas do turismo e da emigração para a Europa.
- 1969: As Cortes designam como monarca espanhol o neto de Afonso XIII. Início de uma reforma pactada.
- 1970: Proibida uma manifestação falangista (extrema direita)
- 1975: Fuzilamento de 5 militantes de esquerda (últimas condenações à morte e que mereceram protestos muito duros, designadamente por parte dos democratas portugueses)
- 1975 (Novembro): Morte de Franco (Espanha é referenciada como a 9ª potência económica do mundo)
- 1976: Suarez torna-se presidente do Governo - início da transição para a democracia
- 1978: Avanço na adesão de Espanha à Comunidade Europeia (pela sua acção diplomática, Calvo Sotelo fica conhecido como *Mister Europa*)
- 1978: Aprovada a Constituição Política
- 1982 (Outubro): O PSOE ganha as eleições e prossegue sob o signo da mudança (*cambio*). Fim da 1ª fase de transição; começo da integração definitiva na Europa
- 1983: Integração na OTAN
- 1985 (28 de Março): Assinatura do Protocolo de integração de Espanha na Comunidade Europeia. Política de concertação social, iniciada com os socialistas e prosseguida pelos populares.

Portugal: Do Estado Novo à Revolução Democrática.

- 1945-1950/ 60: Após alguma oportunidade estratégica, obtida através de negociações com a administração norte-americana e com o governo da Inglaterra, concedendo facilidades de utilização da base aérea das Lages, nos Açores, o Salazarismo fechou-se em torno do colonialismo
- 1968: Salazar é substituído por Marcelo Caetano (*Primavera Marcelista*)
- 1974 (25 de Abril): Revolução dos Cravos
- 1975 (Janeiro): A extrema-direita portuguesa organizou, a partir de Espanha, o ELP (Exército de Libertação de Portugal) que se propunha levar a cabo acções violentas contra os revolucionários portugueses
- 1975 (Setembro): Assalto à Embaixada de Espanha, em Lisboa. Incidentes diplomáticos que levaram a conversações bilaterais, no âmbito das quais, Melo Antunes asseverou que se tinha operado uma transição democrática em Portugal
- 1977 (28 de Março): Portugal solicitou adesão à Comunidade Europeia
- 1978 (6 de Maio): Foi concluído o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)
- 1984: Criação do Conselho Permanente de Concertação Social, por acção do Governo do Bloco Central (PS + PSD)
- 1985 (27 de Março): Assinatura do Protocolo de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, vindo o Tratado de adesão à CEE a ser formalmente assinado em 12 de Junho de 1985, como culminar de 8 anos de incessante negociação. Tratado Lisboa - Madrid
- 1987 (14 de Novembro): Portugal aderiu à União Europeia Ocidental.

Apesar de inscrita na Constituição, desde 1982, «a porta» da Europa não foi objecto de debate e de esclarecimento político aprofundado pelo que, no que se refere ao papel de Portugal no reforço e na identidade europeia, as decisões continuaram a cargo e responsabilidade dos sucessivos governos. Quando da assinatura do Tratado de Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, a Assembleia da República assumiu poderes de revisão, uma vez que não se havia cumprido um quinquénio desde a revisão constitucional ordinária de 1989. Nesta revisão foram acauteladas as regras de titularidade de soberania e a Assembleia da República passou a acompanhar regularmente todo o processo de construção da União Europeia, cuja regra básica, reafirmada no Tratado de Maastricht, era o princípio da subsidiaridade - não devendo a Comunidade intervir senão quando os objectivos de acção em causa não pudessem ser realizados com suficiência pelos Estados membros, incluindo matérias respeitantes à União Económica e Monetária.

1.2.1

Algumas fases da Descolonização

A descolonização constitui uma situação particular do Portugal Contemporâneo, afectando e acelerando o processo de democratização. Na sequência da Resolução nº1515 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de Dezembro de 1960 - Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais, Portugal ficou isolado na sua política colonialista, sendo expulso dos principais organismos internacionais e passando a contar apenas com o apoio da Espanha e da África do Sul.

Com a «Primavera Marcelista» verificou-se alguma abertura por parte da Administração dos Estados Unidos da América e de alguns Países da OTAN (Alemanha e França, nomeadamente), mas no início da década de 70 cresceu a aceitação internacional dos Movimentos de Libertação.

Em 9 de Maio de 1974, a ONU apelou a Portugal para que entrasse em negociações com os Movimentos Africanos de Libertação. Entre Maio e Junho desse ano, decorreram conversações, e em 27 de Julho foi proclamado o reconhecimento imediato do direito à independência dos povos da Guiné, Angola, Moçambique. Este compromisso veio a ser retomado no comunicado final da ONU, na sequência da visita de Kurt Waldheim a Portugal, entre 2 e 4 de Agosto de 1974.

Portugal procurava um lugar na comunidade internacional, abrindo-se aos países de Leste, aos países Árabes, aos países Africanos e, por fim, aos países Asiáticos. Em 18 de Outubro de 1974, o Presidente da República de Portugal discursara na Assembleia Geral das Nações Unidas - era a primeira vez que tal acontecia desde a admissão de Portugal àquela organização em 1955.

2

Principais transformações históricas no Portugal Democrático

Este nosso destino português! Cercados de mar e de Espanha por todos os lados, impedidos de qualquer osmose natural com ideias e culturas alheias, livrescos e psitacistas no melhor dos casos, aqui nos perdemos num monólogo insular, ele próprio interrompido por forças partidárias do silêncio total dos sepulcros.

(Miguel Torga, *Diário VIII*, p. 94 (8-I-1958))

Greves. Reivindicações sucessivas a torto e direito. Um povo subserviente, que recebia e agradecia de chapéu na mão, como favores concedidos, os próprios direitos, exige agora o possível e o impossível, numa desforra serôdia. É o ressentimento. Estamos a vingar no presente a resignação dos nossos avós. As revoluções em Portugal, em vez do triunfo de ideais novos, são ajustes de contas velhas.

(Miguel Torga, *Diário XIII*, p. 78 (13-II-1979))

2.1

Regime político

Foram as transformações democráticas que mais profundamente marcaram a evolução histórica de Portugal neste período, sendo possível distinguir três períodos: de 1974 a 1976; de 1976 a 1985 e pós-1985.

A homologação da Constituição Política, em 1976, constituiu o marco decisivo na normalização democrática e uma orientação fundamental para o desenvolvimento do País. Consagrando na generalidade as transformações de natureza colectivizante operadas no período revolucionário anterior, a Constituição de 1976 consignou o socialismo como meta. Este foi também o aspecto em que mais se fez incidir a revisão constitucional de 1981, abrindo-se às privatizações e consignando o direito de indemnização, face às ocupações e nacionalizações.

Com as eleições legislativas de 1987, em que o PPD-PSD obteve uma maioria inédita de 50,1% dos votos, iniciou-se um período de partido dominante (1987-1994), pondo fim a tentativas e fracassos de coligações com vista à governação (AD; Bloco Central). Terminava também a tutela militar, iniciada com o Golpe Revolucionário de 25 de Abril de 1974.

Ainda no ano de 1987 (promulgação em 8 de Agosto), foram aprovadas leis relativas ao regime jurídico do contrato individual de trabalho e legislação referente a privatizações. As primeiras contaram com a oposição por parte das centrais sindicais.

As privatizações foram, todavia, uma das matérias principais da revisão constitucional de 1989, tendo ficado condicionada a privatização de empresas nacionalizadas, como forma de resolução da dívida pública. O cenário europeu de crescimento e o afluxo dos fundos comunitários permitiram um investimento em obras públicas e alguma estabilização com aumento dos salários reais e do consumo.

O ano de 1993 marcou uma reviravolta na economia internacional, depois da globalização dos mercados dos anos 80, da internacionalização da economia japonesa e da transição das economias comunistas. Esta viragem coincidiu, no

caso português, com um agravamento da situação económica e social, com um aumento do desemprego e com uma crise no sector produtivo, associados à quebra do poder de compra do escudo e à implementação das exigências da União Económica e Monetária.

2.2

Demografia

Entre 1960 e 1991, a população portuguesa cresceu em cerca de 1 milhão de habitantes. Mas, enquanto na década de 70, embora de forma não homogénea, houve um crescimento populacional, em todo o País, a década de 80 ficou marcada por uma estagnação global, uma vez que a taxa de crescimento anual de 0,03% traduz uma quebra populacional, na generalidade do País. Entre 1981 e 1991, acentuaram-se as assimetrias na distribuição geográfica e um envelhecimento da população, fruto, sobretudo, da melhoria da esperança de vida. Entre 1960 e 1991, o número de pessoas com mais de 65 anos quase duplicou (de 700.000 para 1.200.000), passando a corresponder a 13,4% da população. Em contrapartida, o peso relativo do escalão etário dos 0-14 anos, baixou de 30% para 20%, em igual período. Entre 1970 e 1990, houve, por consequência, uma quebra da taxa de natalidade e uma estabilização da taxa de mortalidade.

Em síntese, entre 1960 e 1990, a população portuguesa registou um acréscimo global de 1 milhão de indivíduos, estabilizando, desde 1980, em cerca de 10 milhões de habitantes. Se o cômputo global se manteve a partir deste data, o mesmo não se verifica quanto à distribuição por regiões, vindo a acentuar-se a litoralização e a urbanização. Assim, verificou-se que no Norte e no Centro Interiores, bem como no Alentejo, se registaram quebras demográficas de 500.000 e 200.000 habitantes, respectivamente, ou seja de cerca de 1/3 da população respectiva. Ao contrário, no mesmo período, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Porto registaram um crescimento contínuo, saldando-se para esta última um crescimento de 500.000 pessoas e para Lisboa e Vale do Tejo, um crescimento de 1.000.000 de pessoas. Também a população do Algarve não cessou de aumentar. Estes crescimentos devem-se essencialmente à mobilidade demográfica.

Em 1991, o panorama geral da distribuição da população podia resumir-se da seguinte forma: 80% concentrada na faixa litoral do Minho ao Algarve, com excepção do litoral alentejano; 15% na faixa de interior de Bragança a Beja e 5% nos arquipélagos atlânticos.

Escolarização e sociedade

A dualidade demográfica do País entre o litoral e o interior é correlativa e favorece a reprodução de desigualdades regionais, no que se refere ao envelhecimento da população, nas qualificações escolares e profissionais, na modernização do tecido industrial, na terciarização e na manutenção de maiores taxas de população ligada à agricultura e sector económico primário, com consequentes reflexos na qualidade e nos estilos de vida.

Em 1960, a generalidade da população tinha apenas frequentado a escolaridade básica elementar; 4,6% dos portugueses haviam frequentado o ensino secundário e menos de 1% tinha atingido o ensino médio ou o ensino superior. No mesmo ano, a taxa de analfabetismo era de cerca de 30% para a população com idade superior ou igual a 10 anos.

Entre 1960 e 1990, as taxas de frequência, como que duplicaram, de década para década, em todos os níveis de ensino. No que se refere ao ensino médio/superior, as taxas cresceram a um ritmo mais acelerado, tendo sextuplicado em 30 anos, passando de 23.877, em 1960, para 131.014 em 1989.

Apesar deste crescimento, em 1991, as taxas de habilitação e qualificação da população portuguesa mantinham-se aquém das taxas europeias, pois que apenas um terço da população portuguesa tinha atingido o ensino médio/superior. Também a taxa de analfabetismo se mantinha nos 11% para a população portuguesa com mais de 10 anos, numa Europa que tinha eliminado as taxas de analfabetismo. Ainda com referência ao ano de 1991, enquanto apenas 8% da população portuguesa, entre os 25 e os 64 anos, tinha completado o ensino secundário, ou o superior, 50% da população francesa tinha obtido um diploma do ensino superior, contra 26% na Itália e 19% em Espanha.

Mas no que se refere à habilitação e à qualificação, as assimetrias mais acentuadas são entre as faixas urbanas mais desenvolvidas do litoral e o resto do território, assimetrias que, no que se refere ao ensino superior, tinham vindo a diminuir e estavam praticamente anuladas, quando do Censo de 1991. Era então praticamente uniforme a taxa de inscrição no ensino superior pelo País.

Entre 1960 e 1991, a percentagem de população ligada ao sector económico primário reduziu-se de 43,6% para 11,6%, indo fortalecer o sector terciário, cuja percentagem cresceu de 27,5% para 55,2%, crescimento que corresponde sobretudo à triplicação da mão-de-obra feminina. Em contrapartida, o sector secundário que, embora gradualmente, não havia cessado de crescer, sofreu uma acentuada quebra entre 1981 e 1992, passando de 38,7% para 33,2% da população

activa. Entre os cerca de 10% da população activa ligada ao sector primário, a taxa de analfabetismo atingia os 40%. Enquanto os profissionais intelectuais e científicos apresentavam, em 1992, na sua generalidade uma habilitação correspondente ao grau de ensino superior, os níveis de escolaridade predominantes entre os empregados do comércio, dos serviços pessoais e dos operários industriais eram o 1º e 2º ciclos do ensino básico. Os empregados administrativos apresentavam uma escolaridade ao nível do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, enquanto entre os profissionais técnicos intermédios, a habilitação mais frequente era constituída por cursos médios e ensino politécnico.

Mas, apesar das alterações estruturais que se têm vindo a verificar nas últimas décadas, em 1992, mantinha-se o contraste das habilitações entre os Directores e Quadros dirigentes a um lado e os Profissionais intelectuais e científicos a outro. Com efeito, enquanto estes exibiam, na sua generalidade uma habilitação de grau universitário, mais de 60% dos primeiros ou não tinham qualquer habilitação reconhecida, ou ficaram-se pela escolaridade elementar. Assim pois uma constante estrutural da economia e da sociedade portuguesas em que se têm vindo a opôr a actividade empresarial e a formação universitária. Aliás, o crescimento do número de intelectuais científicos e técnicos deve-se em boa parte ao alargamento das estruturas, serviços e dispositivos do Estado-Providência, designadamente nos domínios da educação, da saúde e da segurança social.

É num contexto de modernização económica e cultural que se observa uma crescente procura de melhores níveis de escolarização, fortalecendo o sector dos profissionais técnicos e de enquadramento.

Um estudo comparado, intergeracional, obtido por inquérito a uma amostra significativa de residentes em centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, para o período compreendido entre 1960 e 1990, revelou que cerca de 23,4% dos empresários e dirigentes eram oriundos de um mundo de operários e assalariados agrícolas, movimento análogo ao dos profissionais técnicos e de enquadramento, 50% dos quais oriundos do seio de operários e empregados executantes. No que se refere à habilitação académica, se cerca de 50% dos pais dos inquiridos com ensino médio ou superior, não haviam ultrapassado o ensino básico, a percentagem elevou-se a 70% relativamente aos pais dos inquiridos com o ensino secundário. Em síntese, desde a década de 60 que se observam transformações profundas na sociedade portuguesa, traduzindo o sentido e o grau de modernização.

No quadro da democratização e da modernização, foram sendo sucessivamente aprovadas leis gerais respeitantes às diversas dimensões da vida contemporânea: meio ambiente, poluição, direitos do consumidor, igualdade social, etc.

2.4

Educação

Especificamente no que se refere à educação, os analistas distinguem três fases no processo histórico recente: vigência dos governos provisórios, de 25 de Abril de 1974 à homologação da Constituição de 1976; de 1976 à aprovação da lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986; a partir de 1986.

A necessidade de proceder a profundas reformas no sistemas educativo vinha-se fazendo sentir desde final da década de 50, dado o desajuste crescente entre a procura e a oferta escolar, nomeadamente ao nível do ensino médio e face à evidência de que o progresso económico e social estava profundamente dependente do investimento na educação e na instrução. Ainda na década de 60 operou-se um primeiro alargamento da escolaridade básica obrigatória e um investimento no ensino técnico e profissional.

Com efeito, a educação foi uma das áreas em que abertura marcelista mais se evidenciou, designadamente através da acção política de Veiga Simão, consagrada na Lei de Bases aprovada em 1973 (lei nº 5/ 73 de 25 de Julho). Entre as propostas então aprovadas, releva: um aumento da oferta educativa em todos os níveis de ensino, incluindo a educação de infância e o ensino universitário, sendo prevista a criação de novas universidades; o prolongamento para 6 anos da escolaridade obrigatória; uma abertura e uma relativa desideologização da educação; uma melhoria das condições de acesso e de frequência dos diversos graus de ensino.

No período revolucionário foram revistas algumas destas medidas e foi aprovada a criação do ensino unificado, ao nível da formação geral, com o objectivo de neutralizar as distinções entre ensino técnico e ensino liceal. De igual modo, foram definidos os princípios reguladores de uma gestão democrática dos estabelecimentos de ensino.

Os desafios que se colocavam à educação eram, efectivamente, de diversa natureza, envolvendo democratização/ massificação; modernização pedagógica e organizacional; inovação. No que se refere à democratização do Sistema Educativo, visto esta acontecer em consentâneo com a massificação escolar, para além de uma alteração nas formas de gestão das instituições educativas e da estrutura dos organismos do Ministério, tornava-se necessário assegurar a mais completa igualdade de oportunidades. Com efeito, dado a desequilíbrio entre a procura e a oferta de ensino, associado ao alargamento da escolaridade obrigatória, a democratização era correlativa da extensão e da inclusão de novos públicos no sistema educativo. Entre a década de 70 e a década de 90, foram duplicando, de década para década, os montantes globais de inscrição e de frequência, em todos os níveis de ensino, incluindo o superior.

A modernização pedagógica compreendeu sucessivas actualizações e reformas curriculares, novas práticas educativas, revisão dos critérios de avaliação e da estrutura curricular, entre outros aspectos. Associada à modernização, esteve a inovação pedagógica, no âmbito da qual foi reestruturada a formação de professores, passando a constituir uma formação específica de grau médio ou universitário.

Uma vez homologada a Constituição política de 1976, os governos constitucionais encetaram um conjunto de medidas, com vista a dar resposta à massificação e democratização do sistema educativo, à estabilização da vida académica, à regulação das formas de acesso ao ensino superior. Essas medidas foram sendo tomadas no contexto e no quadro dos princípios gerais de uma Lei de Bases do Sistema Educativo, finalmente aprovada em 1986, consagrando: a) a democratização do sistema de ensino; b) a consolidação da escolaridade obrigatória de 6 anos; c) a reestruturação dos ciclos que constituem a educação básica e o secundário; d) o alargamento e diversificação do ensino superior e do ensino superior particular e cooperativo; e) a criação da pós-graduação ao nível universitário; f) a reestruturação da formação de professores, designadamente pela criação da formação integrada e pela formação contínua; g) a educação de adultos - PNAEBA (Plano Nacional para a Alfabetização e a Educação Básica de Adultos); h) a criação do ensino especial.

No que se refere ao ensino secundário, uma das preocupações mais sentidas foi a reorganização curricular e estrutural por forma a integrar a criação de cursos e vias profissionalizantes.

Em síntese, pode falar-se de uma alteração das qualificações da população portuguesa, de uma procura de erradicação do analfabetismo, de um aumento da escolaridade da população portuguesa (em 1991 era de 6 anos para 65% dos portugueses), de uma valorização da educação e da formação profissional.

Em 1970, contavam-se 49.000 diplomados pelo ensino superior, em 1991 eram já 263.000, ou seja mais de 5% da população activa. No que se refere ao número de alunos no ensino superior, em 1973 estavam matriculados 54.000 (2.340 no ensino superior particular), enquanto, em 1992, estavam inscritos 190.000, dos quais 50.000 no ensino superior particular. Quanto ao enquadramento dos investigadores, a sua generalidade continuou ligada às universidades. Com efeito, a evolução das décadas recentes foi no sentido de redução do peso dos laboratórios ligados ao Estado, crescendo o número de laboratórios ligados directamente ao ensino superior - em 1976, os laboratórios do Estado correspondiam a 57% das verbas de I&D (Investimento e Desenvolvimento), em 1990 correspondiam apenas a 25,5%; o peso do ensino superior na investigação subiu

em igual período de 17,5% para 36% e o das instituições privadas sem fins lucrativos, de 5% para 12,4%.

Em 1970, mais de um quarto da população portuguesa, com mais de 10 anos não sabia ler, nem escrever. No entanto, em 1973, publicaram-se mais 200 títulos de jornais do que em 1991. Também em 1973 havia quatro vezes mais espectadores de cinema do que em 1991, passando, por seu turno, o peso do cinema americano de 25% para 50% dos filmes vistos. Entre 1970 e 1991, o volume de livros editados não se alterou significativamente, volume que em pleno clima revolucionário tinha aumentado exponencialmente (de 1974 para 1975, publicaram-se mais sete milhões de livros, tendo quase duplicado os títulos de ciências sociais e políticas).

O período revolucionário trouxera preocupações e estratégias de descentralização e de democratização, designadamente através das Campanhas de Alfabetização. Todavia, a partir de 1977 eram já visíveis as novas tendências e estratégias culturais - as preocupações com o povo cediam às preocupações com o público. Foram abandonados os projectos de estruturas culturais descentralizadas, assistindo-se progressivamente a uma cristalização, em torno de *best-sellers* e outros fenómenos. A década de 80 foi particularmente significativa no encerramento de salas de cinema; nesta como noutras dimensões da cultura, o ciclo da revolução cedia ao ciclo do dinheiro.

Em 1986, foi aprovada a lei do mecenato e a cultura deixou de ter ministério específico, mantendo-se como Secretaria de Estado até ao retomar da governação socialista, na sequência das eleições legislativas de 1993.

3

Relação Portugal - Espanha

3.1

Cimeiras Ibéricas

A democratização, em Portugal e Espanha, articulada com a integração de pleno direito na Comunidade Europeia, incluiu um processo de negociação bilateral ao mais alto nível, entre as duas nações ibéricas. Nestas Cimeiras, a primeira das quais aconteceu em 2 de Abril de 1985, foram sucessivamente revistas as matérias que respeitavam à bilateralidade, incluindo questões de territorialidade e de representação, gestão de recursos energéticos comuns, economia, política, cultura e o planeamento de estratégias de integração na Comunidade. Pela sua

dimensão global e estruturante estas Cimeiras converteram-se em reuniões de estado, independentemente da sensibilidade política dos seus representantes, tendo sucessivamente como protagonistas principais Suarez/ Soares; Gonzalez/ Soares; Gonzalez/ Cavaco Silva; Aznar/ Guterres.

3.2

Do isolamento à cooperação e à concorrência

3.2.1

O processo de democratização

Os últimos anos do regime de Salazar-Caetano traduziram-se numa tensão e mesmo contradição entre a natureza do regime político vigente e a exigência de modernização económica, social, cultural. O impasse da guerra colonial a que acresciam o descontentamento e alguma instabilidade no interior da estrutura militar, por um lado, e a debilidade da oposição política, cuja organização se fazia essencialmente a partir do exterior, por outro, agudizaram-se com o crescimento do movimento grevista, no início do ano de 1974, precipitando o Movimento Revolucionário de 25 de Abril. De facto, uma cronologia do Estado Novo permite identificar três períodos críticos: 1945-46; 1958-61; 1968-1974.

Também uma cronologia sumária do período sequente a 1974, em Portugal, tomando como referência o processo revolucionário, permite distinguir três períodos: 1º) de 25 de Abril de 1974 à homologação da Constituição de 1976, aprovada em 2 de Abril de 1976; 2º) a construção e a instituição do regime democrático, consagrado na Constituição como uma democracia pluralista semipresidencialista. As primeiras eleições livres decorreram em 25 de Abril de 1976; 3º) integração e construção da União Europeia. De movimentação quase-espontânea, marcada pelo descontentamento, encabeçado pelos militares, à partidarização das vontades, agentes e ideologias políticas, em torno da Assembleia Constituinte e da Constituição de 1976, estabeleceu-se um grande consenso, quanto aos princípios básicos e ao rumo socializante da economia e da política portuguesas. Dos partidos da Constituinte, apenas o CDS se recusou a assinar a Constituição Política de 1976, que muito embora se abrisse à leis de mercado por contraponto a uma economia planificada, não deixava de consagrar as principais conquistas revolucionárias. A ideia de mercado saiu de novo reforçada na revisão de 1982 e na revisão de 1989 foi definitivamente eliminada a alusão ao socialismo, preparando a adesão à Comunidade Europeia.

Uma vez eleito por sufrágio universal o Presidente da República (27 de Junho de 1976), fora empossado o Primeiro Governo Constitucional, exclusivamente formado pelo Partido Socialista.

Cumprida a descolonização e democraticamente instituídas as principais autoridades políticas, o Movimento das Forças Armadas dissolveu-se, mas a tutela militar prolongou-se pelo período de transição, através da eleição de um militar para Presidente da República (1976-1986) e até à revisão constitucional de 1982. Remetidos que foram os militares aos quartéis, pela primeira vez desde o final da I República, em 1986, foi eleito um civil para Presidente da República.

O período compreendido entre 1976 e 1985, ficou marcado por uma procura de normalização, rompendo com o sentido colectivizante e preparando um cenário pró-europeu, tal o sentido com que foram aprovadas as leis principais.

3.3

Democratização/ Modernização/ Europeização

Em Espanha como em Portugal, o desenvolvimento histórico das últimas décadas do século XX compreendeu os processos de democratização, modernização, europeização. Todavia, estas fases comuns não correspondem a tempos, cambiantes e níveis de aprofundamento necessariamente comuns. Diferenciações que não são apenas de escala, mas também de intensidade e de sentido, em conformidade com o passado histórico e as potencialidades de cada região.

Em linhas gerais, cruzam-se três tempos de distinta natureza: um tempo político, um tempo cultural, um tempo económico e financeiro. O tempo político desenvolveu-se com algumas contradições e a ritmos variados, mas é no tempo cultural que as contradições mais se acentuam e que as diferenciações de ritmo são mais notórias - rivalizando nas comemorações e na consagração de um passado histórico marcado por percursos comuns, mas também por hostilidades e disputas territoriais e de independência, por um lado, mas protagonizando, por outro lado, desafios culturais com impacto universal, em torno designadamente dos prémios Nobel. Não podendo jamais ignorar-se algumas raízes ancestrais, quer de iberismo, quer de periferização, a cultura é talvez a dimensão mais conjunturalmente controversa na relação entre Espanha e Portugal no período em análise.

O tempo económico e financeiro construiu-se, por seu turno, evoluindo sempre num mesmo sentido - progressiva dependência de Portugal face a Espanha: transferências e investimentos a partir de Espanha de boa parte do capital financeiro e industrial, quebras de competitividade, nos domínios agrícola e piscatório; transferência e integração em empresas espanholas da mão-de-obra e dos mercados, designadamente no domínio das pescas e da têxtil; disputa de recursos hídricos e energéticos.

O processo revolucionário, iniciado em Portugal com a Revolução de 25 de Abril de 1974, culminando um período de contestação crescente e traduzindo uma ruptura com o passado, fora interpretado por alguns sectores políticos e intelectuais como fruto de um historicismo estreito, traduzindo fases do desenvolvimento histórico que mais tarde ou mais cedo afectariam a sociedade e a política espanhola. Assim, com frequência os títulos jornalísticos do período revolucionário constroem uma cronologia dos acontecimentos espanhóis, com base na conceptualização portuguesa. Os anos de 1974-75, em que culminou o período revolucionário em Portugal foram particularmente dramáticos na relação Portugal-Espanha - não apenas o movimento reaccionário se organizou a partir de Espanha (ELP), como os fuzilamentos franquistas, por um lado, a vontade de alargamento da revolução à Península e a convicção das forças revolucionárias portuguesas de que estariam em encetar um processo histórico tão inevitável como irreversível, por outro, contribuíram para um descompasso histórico e para uma tensão e mesmo conflitualidade nos mais diversos factores - quadrante político, social, económico, cultural.

Quando das primeiras eleições legislativas de 1977, o quadro analítico dos cronistas portugueses estruturou-se por contraponto ao espectro político espanhol.

Na campanha eleitoral de 1977, os partidos espanhóis defenderam a abertura à CEE. E se o abraço entre Soares e Suarez, em Novembro de 1977, interpretado ao tempo como celando um acordo vazio, e a visita do Rei espanhol a Portugal, em 1978, não foram suficientes para a resolução de importantes questões económicas bilaterais como a das pescas, a das centrais nucleares, a dos recursos hídricos e energéticos, a do turismo, num ponto havia porém consenso: Portugal e Espanha deveriam solicitar conjuntamente a sua adesão ao Mercado Comum.

A transição da década de setenta, permitira verificar que a demografia e a economia espanholas e portuguesas cresciam a ritmos diferenciados, com reflexos nos processos de adesão, pelo que a década de oitenta se iniciou sob um clima de vários acordos, nos quadros da OTAN, da EFTA, da CEE. Foram negociações bilaterais e no quadro comum da Europa. Foi, com efeito, num contexto de negociações em todos os domínios, alguns dos quais particularmente críticos (caso das pescas e dos recursos hídricos), que a 1ª Cimeira Ibérica decorreu, nos primeiros dias de Abril de 1983. Tratou-se de um encontro bilateral ao mais alto nível, envolvendo políticos, agentes económicos, agentes culturais. No campo cultural, a Cimeira fora precedida do I Encontro Luso-Espanhol de Poesia e por feiras- exposição de livros portugueses e espanhóis, em Madrid e em Lisboa, respectivamente.

A segunda metade da década de oitenta ficou marcada por uma busca constante de protagonismo, em que os sociais-democratas portugueses privilegiaram a bilateralização e os socialistas espanhóis procuraram um maior protagonismo, no quadro internacional. Foram anos marcados por uma ofensiva económica, em que os diversos agentes procuraram disputar os mercados de um e outro lado da fronteira, tendo-se saldado o ano de 1986 numa subida do investimento de capitais portugueses em Espanha, nos sectores da têxtil e dos aglomerados de madeira, nomeadamente.

Todavia entre 1987 e 1988 observou-se um crescente desequilíbrio económico entre os dois países e sucessivos protestos em torno do projecto nuclear de Aldeavila. Foi neste contexto de novos acordos comerciais, correspondendo ao crescimento do pronto-a-vestir espanhol em Portugal, ao controlo de mais de 20% dos arrastões portugueses por parte de empresas espanholas, à crescente entrada de médicos espanhóis no sistema de saúde português, que decorreu a Cimeira Ibérica de 1988. Para final da década de 80, de novo ganhou eco a ideia de um mercado ibérico, em consentâneo com a não menos recorrente ideia do iberismo, por contraponto a cenários catastróficos por parte dos sectores mais sensíveis às questões de identidade nacional. O clima era porém de abertura comercial e cultural. No início da década de 90, havia empresas portuguesas em Espanha e havia capitais e empresas espanholas em Portugal.

3.4

Novos Tempos

A década de 90 teve início, por conseguinte, num quadro de maior definição de objectivos e de estratégias, bem como de alguma rivalização. As autoridades políticas portuguesas reconheceram o avanço democrático e o progresso geral da sociedade espanhola, sob o poder do PSOE, empenhando-se em melhorar a imagem geral de Portugal em Espanha.

A relação entre Espanha e Portugal evoluiu numa sequência de três momentos: de uma bilateralidade para uma denúncia por parte dos portugueses, envolvidos no processo revolucionário, do arrastamento do franquismo para uma colaboração e para uma abertura, no contexto do federalismo europeu; nos anos 90, esta abertura cedeu, face à acentuação da concorrência ao nível de alguns sectores económico-financeiros de topo, associada a uma progressiva dependência do mercado e das indústrias transformadoras portuguesas face à economia espanhola. Aliás, a partir da segunda metade da década de 90, as autoridades espanholas não deixaram de reivindicar e proclamar o estatuto de potência nos domínios económico e militar, assumindo um papel mais activo nas estruturas da OTAN e distanciando-se de eventuais convénios de solidariedade bilateral.

De facto, na década de 90, à medida que o debate ideológico e a diplomacia esmureciam, subalternizando a arte política face ao peso da economia - «cando habla lo dinero ... los demas se callan», a crescente ofensiva espanhola fez-se sentir em todos os sectores, rivalizando com França, no protagonismo internacional e subalternizando Portugal. Em suma, no plano internacional, a Espanha afirmou-se como uma das potências estruturantes da economia e da política europeias, assumindo um grande protagonismo na OTAN e competindo junto das economias mais ricas no quadro mundial.

No contexto ibérico, a última década do século XX saldou-se, por consequência, numa procura crescente dos produtos espanhóis em vários sectores industriais e comerciais, designadamente na construção civil e no ramo automóvel, mas também pela crescente influência espanhola na formação técnica e profissional, incluindo as ciências da educação e a gestão empresarial. No sector da saúde, especificamente, para além da entrada de médicos espanhóis, em Portugal, cresceu o número de estudantes portugueses em universidades espanholas, como de igual modo cresceu a procura dos hospitais espanhóis. E se a participação de docentes espanhóis em universidades e institutos politécnicos portugueses tem vindo a ser progressivamente mais significativa, não menos significativa tem sido a frequência de programas de doutoramento, em universidades espanholas, por parte de candidatos portugueses, incluindo docentes universitários.

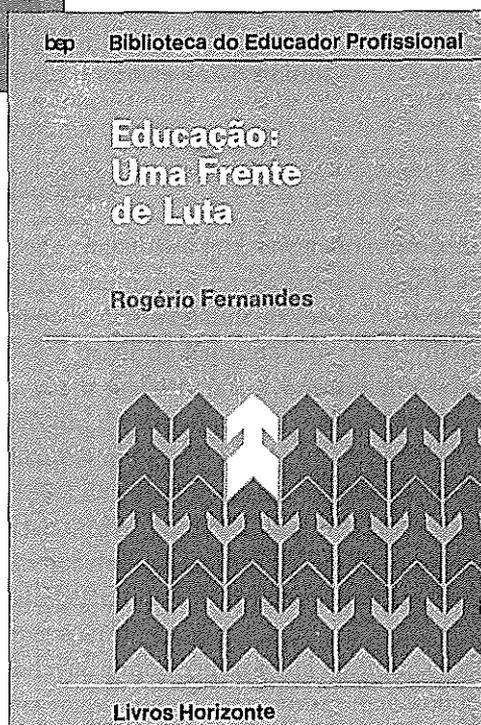
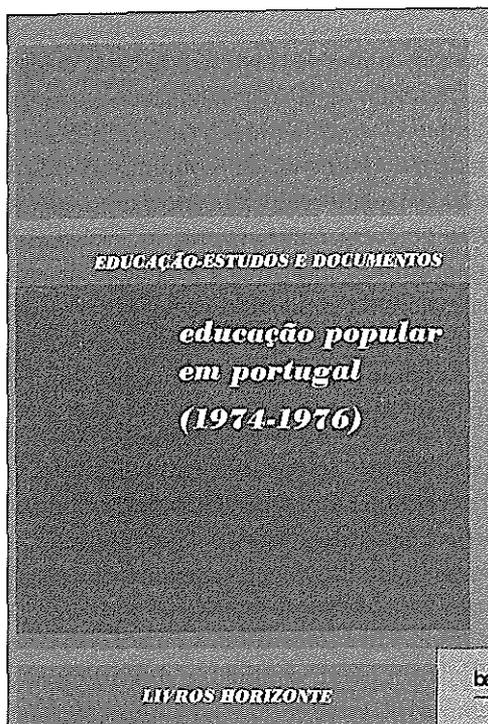
4

Reflexão final.

Procurando sistematizar e resumir pode concluir-se que, encetado o processo de democratização em Portugal, por vários momentos esteve ameaçado o bom entendimento entre os dois países, designadamente quando as forças reaccionárias portuguesas procuravam organizar-se a partir de Espanha, em concomitância com uma mobilização de esquerda a partir de Portugal - acontecimentos que ficaram marcados pelo assalto à Embaixada de Espanha. No mesmo sentido, quando da crise política de 1981, sequente à queda de Suarez e à ocupação do Parlamento, de novo ressaltaram as relações de amizade entre o Rei de Espanha e o então Primeiro Ministro Português. Mas foi no contexto da europeização que as diplomacias e o conhecimento mútuo dos dois países, nos planos económico, cultural, turístico, se aprofundaram, estabelecendo-se bilateralidades aos mais diversos níveis, que se saldaram na superação de estigmas sócio-culturais e na melhoria das representações mútuas. Todavia, a modernização da economia e da sociedade espanhola operou-se de forma mais rápida e porventura mais sólida, reforçando os sectores industrial e agrícola e potenciando a tecnologização do sector empresarial, com relevo para a profissionalização e o reforço de técnicos de gestão e de marketing.

Neste contexto, as comemorações das Descobertas e da Gesta Oceânica, apontando para um passado ibérico cruzado, jamais se converteram num cruzamento de destinos quanto a futuro. Os fantasmas do Iberismo têm sido frequentemente agitados, face à constatação de que o crescimento da economia portuguesa não apenas não vem acompanhando o crescimento da economia espanhola, como tende a ficar mais dependente. No plano cultural, associando-se aos prémios Nobel da Literatura e a outras grandes manifestações, as sociedades espanhola e portuguesa tenderam a entrecruzar-se, ainda que a circulação de técnicos e a competitividade da tecnologia espanhola tenha vindo a favorecer claramente a expansão linguística de um espanhol aplicado. Na educação, embora a inovação pedagógica tenha algumas fases comuns, as reformas educativas portuguesas não deixam de apresentar alguma especificidade.

Numa Europa de regiões era esperado que as relações entre Portugal e Espanha evoluíssem de forma diferente como ficou demonstrado pelas conjunturas construtivas, criadas pelos encontros linguísticos luso-galaicos. Contudo, a história do passado recente não revela uma linha de evolução coerente nesse sentido. ←



Dous libros-simbolo dos novos tempos democráticos.